O BRASIL E A INTERNET: COMO CONSTRUIR UMA GOVERNANÇA GLOBAL

EM 2014, O BRASIL MOSTROU QUE PODE SER UM ATOR DECISIVO PARA A GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET. A EXPERIÊNCIA E A TRADIÇÃO DO PAÍS EM PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE CONSULTA CONTRIBUÍRAM PARA ESSE PROTAGONISMO. O DESAFIO AGORA É MANTÊ-LO.

| POR AGNÈS CALLAMARD

Em abril de 2014, cerca de 1.200 especialistas em internet, representando governos, empresas e a sociedade civil de 97 países, reuniram-se em São Paulo para participar do Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, também conhecido como NETmundial. O encontro acontecia logo após as controvérsias causadas pelas revelações de Edward Snowden sobre a Agência de Segurança Nacional Americana (NSA). O Brasil, que teve papel importante, com contribuições para a construção de uma governança global tanto no plano processual quanto no substantivo, agora tem o desafio de continuar exercendo o seu protagonismo.

CONTRIBUIÇÕES PROCESSUAIS: A ABORDAGEM PARTICIPATIVA

Do ponto de vista processual, a NETmundial pode ser vista como uma riquíssima experiência de consulta.

Empregou ferramentas de interação tanto *on line* quanto *off line*, viabilizando o debate entre múltiplos setores. Conseguiu atingir a participação relativamente equilibrada de uma ampla gama de atores, incluindo governos, empresas, sociedade civil, academia e comunidade técnica.

Embora esta abordagem multissetorial usada na NETmundial já estivesse suficientemente testada internamente no Brasil, pela primeira vez foi aplicada em uma conferência mundial de grande porte. O Brasil pôde, então, confirmar suas credenciais de país inovador no campo dos procedimentos para a gestão de processos participativos de consulta, colocando sua expertise doméstica a serviço da comunidade internacional. Como resultado, as discussões promovidas pela NETmundial mostraram grande independência de espírito em relação às posições de países como China, Rússia e Arábia Saudita, que rejeitam

APESAR DO SUCESSO DA PRIMEIRA NETMUNDIAL, O BRASIL PRECISA CONSOLIDAR OS GANHOS DESSA EXPERIÊNCIA, POIS PODE ESTAR ATUANDO COMO UM CONDUTOR DE INTERESSES DE GRUPOS BEM ARTICULADOS

quaisquer métodos de negociação multissetoriais em favor de opções multilaterais dirigidas – e dominadas – por governos.

É claro que os métodos de negociação multissetoriais usados nessa conferência não deixaram de levantar algum ceticismo. Críticos apontam certo viés desses métodos em favor dos atores mais poderosos e com maior poder de barganha, como é o caso das grandes corporações, em geral mais bem preparadas para influenciar e direcionar os resultados nesses processos. No entanto, à exceção dos que defendem processos centralizados e dirigidos por governos, os métodos “brasileiros” utilizados na NETmundial raramente foram rejeitados de imediato, recebendo, quando muito, críticas construtivas e propostas de aperfeiçoamento.

RESULTADOS SUBSTANTIVOS: UM ROTEIRO GERAL

No plano dos resultados substantivos, a NETmundial gerou um documento final bastante realista, embora, de certa forma, pouco ambicioso. Por um lado, inclui um roteiro geral para a reforma das instituições de governança da internet, de forma a torná-las mais responsáveis, transparentes, inclusivas e, em última análise, efetivas. Para tanto, reitera princípios-chave como o respeito à liberdade de expressão e de informação, e o direito à privacidade.

De outro lado, alguns aspectos do documento deixam a desejar: a sua condescendência com a vigilância, bem como o fato de não discutir a neutralidade da rede, tampouco defender um regime mais livre para

os direitos de propriedade, são algumas características que contrastam com o próprio Marco Civil da Internet brasileiro, que traz uma série de disposições bem mais avançadas. O Marco Civil garante a neutralidade, declara que intermediários não podem ser responsabilizados pelo conteúdo de usuários e proíbe coleta de dados por empresas privadas sem autorização.

Ainda assim, a maioria dos participantes e observadores da NETmundial, com as sintomáticas exceções de China, Rússia e Arábia Saudita, saudaram o fórum

como um sucesso. A revista britânica *The Economist* ponderou que o principal “vencedor” foi o próprio Brasil. Inúmeras avaliações positivas em relação à conferência e ao documento por ela gerado têm solidificado a imagem da NETmundial e do Brasil como representantes do pensamento mais avançado no tema.

DESDOBRAMENTOS PÓS-CONFERÊNCIA

Após sediar a NETmundial, o Brasil encabeçou duas novas ações globais relacionadas à governança

EM MEIO A UM ANO TURBULENTO COMO FOI 2014, O BRASIL CONSEGUIU SE ESTABELECEER COMO UM ATOR GLOBAL NO QUE DIZ RESPEITO À GOVERNANÇA DA INTERNET

da internet. A primeira ocorreu em 6 de novembro de 2014, quando o Comitê Gestor da Internet (CGI), em colaboração com a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) e o Fórum Econômico Mundial, anunciou o lançamento de uma nova iniciativa NETmundial: uma plataforma de negociação para “promover soluções colaborativas entre *stakeholders*, pensadas de baixo para cima, a fim de incentivar a internet como um recurso neutro, compartilhado e global para a solidariedade humana e o desenvolvimento econômico”.

O anúncio da segunda edição da NETmundial foi recebido com críticas, ao contrário do que ocorreu à época da primeira. A aliança com Davos, em particular, pode ser vista como um “golpe de mestre” ou um sinal de que interesses corporativos cooptaram a iniciativa. Tendo o Fórum Econômico Mundial como âncora, a iniciativa procurou, de fato, atrair prioritariamente atores econômicos que até então tinham ficado à margem das discussões sobre governança da internet, mas cujo envolvimento se faz necessário para estimular o avanço de indústrias como a da Internet das Coisas e a do armazenamento em nuvem, com potencial de revolucionar a produção industrial, os serviços de saúde, a indústria da construção, a gestão das cidades e dos transportes, citando apenas alguns exemplos.

O outro desenvolvimento observado depois de abril de 2014 foi a Resolução sobre o Direito à Privacidade na Era Digital, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 25 de novembro. O texto, proposto em conjunto pelo Brasil e pela Alemanha e endossado por 52 países, mostra-se mais importante do que a segunda NETmundial do ponto de vista da criação de normas. Ele convida o Conselho de Direitos Humanos da ONU a “considerar a possibilidade de implementar procedimento especial” em casos de violação de privacidade. Quando (e se) um procedimento dessa natureza ocorrer, parte do mérito caberá diretamente ao Brasil. Outros aspectos importantes da Resolução estão relacionados à responsabilização das corporações

em questões de direito à privacidade, bem como avanços importantes associados à legitimidade da vigilância, sobretudo em aspectos ligados ao terrorismo e à segurança nacional.

A Resolução, no entanto, também tem seus pontos fracos, como foi destacado pelo embaixador Guilherme Patriota, representante do Brasil na ONU. Ele lamentou três pontos em especial: suas frágeis referências aos princípios da necessidade e da proporcionalidade; as perigosas atitudes que alguns estados membros podem tomar em nome do combate ao terrorismo; e, finalmente, o fato de não estabelecer o princípio da extraterritorialidade: a Resolução expressa preocupações em relação à “vigilância extraterritorial e/ou interceptação de comunicações”, mas não chama os governos para ampliarem a proteção aos usuários no exterior – uma obrigação rejeitada, entre outros, pelos Estados Unidos.

OLHANDO À FRENTE: O PAPEL DO BRASIL RUMO A UMA GOVERNANÇA GLOBAL

Apesar do sucesso da primeira NETmundial, o Brasil ainda tem que consolidar os ganhos dessa experiência. As críticas à segunda conferência sugerem que o país, apesar de suas intenções em contrário, pode estar atuando como um mero condutor de interesses de grupos bem articulados. Neste caso, poderia ser considerado um articulador, ou iniciador, de normas de governança da internet, mas ainda não propriamente uma liderança no processo de criação dessas normas.

Ainda assim há que se notar que, em meio a um ano turbulento como foi 2014, marcado no plano doméstico pela eclosão de protestos nas ruas e por violações dos direitos humanos – sem mencionar a realização da Copa do Mundo –, o país conseguiu se estabelecer como ator global no que diz respeito à governança da internet. É um avanço considerável a ser consolidado no futuro próximo. ●

AGNÈS CALLAMARD > Professora da Universidade Columbia > ac3699@columbia.edu